

\* \* \*

\*

FOUCAULT (Michel). — *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Revisão de Lígia Vassalo. Petrópolis — Vozes. Lisboa — Centro do Livro Brasileiro. 1972, p. 9-79.

## I

### *Introdução.*

A atenção dos historiadores já não está, como antigamente, voltada para histórias cheias de reviravoltas do governo, de guerras e de fomes. Os níveis da análise se multiplicaram. Temos agora, por exemplo, a história do trigo, a história do ouro, etc. Também as velhas questões da análise tradicional foram substituídas por novas interrogações, tais como: Quais estratos é preciso isolar uns dos outros? Quais tipos de séries instaurar? Quais critérios de periodização adotar para cada uma delas?, etc.

Em todos os “tipos” de histórias, ao contrário, das vastas unidades que se descreviam como “épocas” ou “séculos”, a atenção se deslocou para fenômenos de ruptura. Procura-se agora destacar a incidência das interrupções. O estatuto e a natureza destas interrupções são bastante diversas:

1. Atos e limiares epistemológicos (descritos por G. Bachelard):
  - suspendem o acúmulo indefinido de conhecimentos;
  - quebram sua lenta maturação e fazem-nos entrar em um tempo novo;
  - afastam-nos de sua origem empírica e de suas motivações iniciais;
  - purificam-nos de suas cumplicidades imaginárias.

Prescrevem desta forma a análise histórica, a demarcação de um tipo novo de racionalidade e de seus efeitos múltiplos.

2. Deslocamentos e transformações dos conceitos (tomando como modelo as análises de G. Canguilhem):

— mostram que a história de um conceito não é, em tudo e por tudo, a de sua precisão progressiva, de sua racionalidade continuamente crescente, de seu grau de abstração, mas a de seus diversos campos de constituição e de validade, a de suas regras sucessivas de uso, dos meios teóricos múltiplos e que prosseguiu e se acabou sua elaboração.

Ainda segundo G. Canguilhem temos uma distinção entre escolas micro e macroscópicas da história das ciências, onde os acontecimentos e suas consequências não se distribuem da mesma forma. As redistribuições recorrentes fazem aparecer vários passados, de modo que as descrições históricas se ordenam necessariamente pela atualidade do saber, multiplicam-se com suas transformações e não deixam, por sua vez, de romper com elas próprias.

Para M. Guérout nas *Unidades arquitetônicas dos sistemas* é necessária a descrição dos axiomas, das cadeias dedutivas, e das compatibilidades.

Por fim o mais importante, são os cortes efetuados por um trabalho de transformação teórica, quando ele “funda” uma ciência destacando a ideologia de seu passado e revelando-lhe este passado como ideológico. Numa análise literária por exemplo, é necessário considerar a estrutura própria a uma obra, um livro ou um texto. O problema não é mais da tradição e do rastro, mas do recorte e do limite; não é mais o do fundamento que se perpetua e sim o das transformações que valem como o fundar e o renovar das fundações.

Abre-se então todo um campo de questões, que significa em suma, a história do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia, etc., que parece multiplicar as rupturas e buscar a continuidade em todas as direções, enquanto que a história propriamente dita, parece apagar, em benefício das estruturas sem labilidade, a irrupção dos acontecimentos.

No fundo temos os mesmos problemas de ambos os lados mas que, na superfície, provocaram efeitos inversos. Estes problemas podem ser reunidos na “crítica do documento”. O documento não é mais para a história uma matéria inerte. Agora seu interior é trabalhado, sendo necessário elaborá-lo. Em resumo, a história do passado “memorizava” os monumentos do passado, transformando-os em documentos; atualmente a história transforma os documentos em monumentos. Antes, entre fatos ou acontecimentos datados, sendo dada a série, tratava-se de precisar a vizinhança de cada elemento. Atualmente o problema é constituir séries, isto é, definir para cada uma seus elementos, fixar-lhes os limites, etc. É necessário constituir séries de séries.

Outra consequência é que a noção de descontinuidade toma um lugar maior nas disciplinas históricas. Tornou-se ele agora, um dos elementos fundamentais da análise histórica. Tem triplo papel:

1. — operação deliberada do autor;
2. — é também o resultado de sua descrição;
3. — é o conceito que o trabalho não deixa de especificar.

Uma terceira consequência é que o tema e a possibilidade de uma história global começam a se apagar e vê-se esboçar algo que pode ser chamado de história geral.

O projeto de uma história global está ligado a duas ou tres hipóteses:

1. — Supõe-se que entre todos os acontecimentos de uma área espaço-temporal bem definida, deve-se poder estabelecer um sistema de relações homogêneas, ou seja, rede de causalidade que permita derivar de cada um deles relações de analogia que mostrem como eles se simbolizam uns aos outros, ou como exprimem todos um único e mesmo núcleo central.

2. — Supõe-se também que uma única e mesma forma de historicidade prevaleça sobre as estruturas econômicas, as estabilidades sociais, a inércia das mentalidades, os hábitos técnicos, o comportamento políticos, e submetem-se todos ao mesmo tipo de transformação.

3. — Supõe-se que a própria história pode ser articulada em grandes unidades — estágios ou fases — que detêm em si mesmas seu princípio de coesão.

Última consequência: a história nova reencontra um certo número de problemas metodológicos (talvez já preexistentes), mas cujo feixe agora a caracteriza. Temos entre eles: a constituição de corpos coerentes e homogêneos de documentos; o estabelecimento de um princípio de escolha; a definição do nível de análise e dos elementos que lhe são pertinentes; a especificação de um método de análise; a delimitação dos conjuntos e dos subconjuntos que articulam o material estudado; a determinação das relações que permitem caracterizar um conjunto. Todos estes problemas vão fazer parte de agora em diante, do campo metodológico da história.

O primeiro momento desta mutação epistemológica remontaria a Marx. Porém seus efeitos demoraram, pois parece haver um certo medo de pensar o Outro no tempo do nosso próprio pensamento.

Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de toda a prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento. O tempo é aí concebido em termos de totalização e as revoluções jamais passam aí de tomadas de consciência.

Foi uma preocupação constante desde o século XIX, salvar, contra todos os descentramentos, a soberania do sujeito. Contra o descentramento operado por Marx — pela análise histórica das relações de produção, das determinações econômicas e da luta de classes — deu lugar, no final do século XIX, à procura de uma história global, em que todas as diferenças de uma sociedade poderiam ser conduzidas a uma forma única. É possível opor a história à “estrutura”, tendo em vista que a questão das descontinuidades se coloca em todas as disciplinas históricas?

O que realmente se lamenta é o uso ideológico da história pelo qual se tenta restituir ao homem tudo o que, há mais de um século, não deixou de lhe escapar.

É através do perfil que tenta-se medir as mutações que se operam em geral no domínio da história (linha esta traçada imperfeitamente nas obras anteriores de Foucault).

Esta obra de Foucault não pretende fazer debates sobre a estrutura, mas tratar de questões referentes ao ser humano, a consciência, a origem, e do sujeito.

•  
II

*As Regularidades Discursivas.*

I. — *As unidades do discurso.*

O emprego dos conceitos de descontinuidade, de ruptura, de limiar, etc., coloca, a qualquer análise histórica, não somente questões de procedimento, mas também questões teóricas. Estas últimas serão tratadas neste capítulo. Será tomado ainda, apenas em um campo particular, o da história das idéias. É necessário também libertar o tema da continuidade do jogo de noções que a diversificam (sua função é precisa). Exemplo: a noção de tradição, de influência, de transmissão, de repetição, etc. Em suma, é preciso repor em questão essas sínteses acabadas, deslojando essas forma obscuras pelas quais se tem o hábito de ligar entre si os discursos dos homens.

É preciso, em primeiro plano, cuidar apenas de uma população de acontecimentos dispersos. É preciso notar também a existência de certos recortes ou agrupamentos. Esses recortes são sempre eles próprios categorias reflexivas, princípios de classificação, regras normativas, tipos institucionalizados: são por sua vez, fatos de discurso que merecem ser analisados ao lado dos outros; têm certamente, relações complexas, com eles, mas não são caracteres intrínsecos, autoctones e universalmente reconhecíveis. Temos então as unidades, que é preciso por em suspenso, mas que se impõe da maneira mais imediata: as do livro e da obra.

O livro tem uma individualização material, que ocupa um espaço determinado, que tem um valor econômico, e que marca por si mesmo, por um certo número de signos, os limites do seu começo e do seu fim. Entretanto existem dificuldades. Qual é a unidade material do livro? Não será esta unidade fraca e acessória em relação à unidade discursiva que ela apóia? E essa unidade discursiva, será homogênea?

A unidade do livro é variável e relativa. Ela só se constrói a partir de um campo complexo de discursos.

Quanto a obra, já a sua própria denotação não é uma função homogênea. A sua constituição completa supõe um certo número de escolhas que não é fácil justificar ou formular. Para chegar-mos a alguma conclusão sobre a própria função de expressão, faz-se preciso uma operação interpretativa. A obra não pode ser considerada nem como unidade imediata, certa ou homogênea.

Como última precaução é preciso tirar do campo de ação as continuidades irrefletidas, pelas quais se organizam, os discursos que se pretende analisar:

renunciar a dois temas que estão ligados um ao outro, e que se opõem. Temos então que:

1. — jamais seja possível assinalar, na ordem do discurso, a irrupção de um acontecimento verdadeiro.

2. — todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já dito. É preciso pois, manter em suspenso formas prévias de continuidade, mostrar que elas não se justificam por si mesmas.

O primeiro motivo destina a análise histórica do discurso a ser busca e repetição de uma origem que escapa a toda a determinação histórica; o outro a destina a ser interpretação ou escuta de um já dito que seria ao mesmo tempo um não-dito.

Não é preciso procurar a origem do discurso, mas sim acolher a cada um dos seus momentos. É preciso manter em suspenso, essas formas prévias de continuidade, pois elas não se justificam por si mesmas.

Deveremos pois sempre tomar a “obra”, o “livro”, a “ciência” ou a “literatura” como ilusões; ou construções sem legitimidade? Faz-se necessária uma teoria, e esta não pode ser feita, sem que apareça, em sua pureza não sintética, o campo dos fatos de discurso a partir do qual são constituídos.

Tomar-se-á como marco inicial unidades inteiramente dadas (medicina, economia, política, etc.). Será verificado apenas que unidades formam e com continuidade que as individualize no tempo. É necessário tratar primeiramente que direito podem reivindicar um domínio que as especifique no espaço e uma de uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral.

Aparece assim o projeto de uma descrição pura dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que aí se formam. Essa descrição se distingue facilmente da análise da língua. Uma língua constitui sempre um sistema para enunciados possíveis: é um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de desempenhos.

O campo dos acontecimentos discursivos, em compensação, é o conjunto sempre finito, e atualmente limitado, das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas. A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?

Nota-se pois, que essa descrição do discurso se opõe à história do pensamento. A análise do pensamento é sempre alegórica em relação ao discurso que ela utiliza.

A do campo discursivo é orientada de modo diferente:

a. — trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de seu acontecimento;

- b. — de determinar as condições de sua existência;
- c. — fixar seus limites da forma mais justa;
- d. — estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado;
- e. — mostrar que outras formas de enunciação exclui.

A supressão sistemática das unidades inteiramente dadas permite, inicialmente, restituir ao enunciado sua singularidade de acontecimento e mostrar que a descontinuidade ocorre já no simples fato do enunciado. É preciso fazer aparecer em sua pureza o espaço em que se desenvolvam os acontecimentos discursivos para poder descrever nele e fora dele jogos de relações.

3. libertando-os de todos os grupamentos considerados como unidades naturais, imediatas e universais, temos a possibilidade de descrever outras unidades, mas dessa vez por um conjunto de decisões controladas. É preciso aí, aceitar um recorte provisório, tendo em vista que: o próprio recorte desse domínio não pode ser considerado como definitivo, nem como válido de forma absoluta; trata-se de uma primeira aproximação que deve permitir fazer aparecer relações que correm o risco de suprimir os limites desse primeiro esboço.

## II. — *As formações discursivas.*

Nesta tentativa de descrever relações entre enunciados, decidiu-se o autor a descrever enunciados no campo do discurso e as relações de que são suscetíveis.

Surgem dois tipos de problemas:

- 1. — A utilização “selvagem” feita dos termos enunciados, acontecimento, discurso.
- 2. — as relações que podem ser descritas entre esses enunciados deixados em seu grupamento provisório e visível.

Mas surgem questões tais como: O que são unidades tais como medicina, gramática, etc? Como se desenvolveram? Que laços há entre elas?

1ª hipótese — os enunciados diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto se eles se referem a um único e mesmo objeto. Exemplo: a unidade do objeto “loucura” foi constituída pelo conjunto do que foi dito no grupo de todos os enunciados que a nomeava, recortava, descrevia, etc. Porém esse conjunto de enunciados está longe de se relacionar a um único objeto, pois este último se constitui numa multiplicidade. Coloca-se pois o problema de saber se a unidade de um discurso não é feita pelo espaço onde diversos objetos se perfilam e continuamente se transformam, e não pela permanência e singularidade de um objeto.

A unidade dos discursos sobre a loucura não estaria fundada na existência do objeto “loucura”, mas seria o jogo das regras que tornam possível, durante um período dado, o aparecimento dos objetos.

Em suma, definir um conjunto de enunciados no que ele tem de individual seria formular sua lei de repartição.

Segunda hipótese para definir, entre diversos enunciados, um grupo de relações: sua forma e seu tipo de encadeamento.

Pela primeira vez no século XIX, a medicina utiliza um mesmo vocabulário e um mesmo jogo de metáforas. Porém esta não estava se organizando somente numa série de enunciados descritivos. Mas que o discurso clínico era também um conjunto de descrições, além de ser um conjunto de hipóteses sobre a vida e a morte de escolhas éticas, de decisões terapêuticas, etc. E que este conjunto de descrições não podia ser abstraído destes outros, bem como a enunciação destes outros, bem como a enunciação descritiva não era senão uma das formulações presentes no discurso médico. Se há nisto unidade, o princípio não é pois, uma forma determinada de enunciados. Seria preciso caracterizar e individualizar a coexistência desses enunciados dispersos e heterogêneos.

Outra hipótese: não se poderia estabelecer grupos de enunciados, determinando-lhes o sistema de conceitos permanentes e coerentes que aí se encontram em jogo? Exemplo: a análise da linguagem e de fatos gramaticais não repousa nos clássicos, em um número definido de conceitos. Pode-se deste modo reconstituir a arquitetura conceitual da gramática clássica, porém logo encontraríamos limites. Surgiriam novos conceitos (podendo estes ser derivados, heterogêneos ou incompatíveis com os anteriores). É necessário admitir que a gramática só aparentemente constitui uma figura coerente, e que é uma falsa unidade esse conjunto de enunciados, análises, descrições, etc? Talvez se pudesse descobrir uma unidade discursiva se a buscássemos não junto à coerência dos conceitos, mas junto de seu afastamento e sua incompatibilidade. Não se buscaria então uma construção de conceitos suficientemente gerais e abstratos para dar conta de todos os outros e levá-los à mesma dedução, mas tentar-se-ia analisar o jogo de seus aparecimentos e de sua dispersão.

4ª hipótese — para reagrupar os enunciados, descrever seu encadeamento e dar conta das formas unitárias sob as quais eles se apresentam: a identidade e a persistência dos temas.

Em “ciências” como a economia e a biologia pode-se supor um conjunto de discurso. Não se poderia pois, constituir como unidade tudo que constitui o tema evolucionista? Em temas deste tipo se supunha sempre mais do que dele se sabia, mas se forçava, a partir dessa escolha fundamental, a transformar em saber discursivo o que fora esboçado como hipótese ou como exigência.

Como outro exemplo, podemos tomar o tema fisiocrático. Esta idéia postulava além de qualquer demonstração e antes de qualquer análise, o caráter natural das três rendas fundiárias. A partir daí pode-se fazer duas constatações inversas e complementares. No caso da evolução, a mesma temática se

articula a partir de dois jogos de conceitos, dois tipos de análise, dois campos de objetos diferentes. Temos dois tipos de ordem que tornam coerente a evolução:

1. — antes do século XIX — apresentação de um quadro contínuo das espécies.

2. — depois do século XIX — a descrição de grupos descontínuos e análise das modalidades de interação entre um organismo em que todos os elementos são solidários em suas condições reais de vida.

No caso da fisiocracia, ao contrário, a escolha de Quesnay repousa exatamente sobre o mesmo sistema de conceitos que a opinião inversa sustentada pelos que se pode chamar utilitaristas. Então, a partir dos mesmos elementos podemos ter duas opções diferentes. Ao invés de procurar na existência desses temas os princípios de individualização de um discurso, é necessário ir buscá-los na dispersão dos pontos de escolha que deixa livres.

Ao perguntar em que se poderia fundar a unidade, por exemplo, da medicina, da economia ou da gramática, temos como resposta os “sistemas de dispersão”.

No caso em que se pudesse descrever, entre um certo número de enunciados, um sistema de dispersão, ou seja, definir uma regularidade, dir-se-á, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. Chamar-se-á regras de formação às condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas).

As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma repartição discursiva dada.

### III. — *A formação dos objetos.*

É necessário ver se podemos dar um conteúdo as “regras de formação” que aqui surgem. Será tomada inicialmente a formação dos objetos. Exemplo tomado = discurso da psicopatologia — século XIX.

Na psicopatologia podemos citar a atuação das agitações motoras, alucinações e discursos desviantes e ao lado destes surgiram alguns que se originavam de registros até então não utilizados: perturbações ligeiras de comportamento, aberrações e problemas sexuais, fatos de sugestão e de hipnose, lesões do sistema nervoso central, déficits de adaptação intelectual ou motora, criminalidade. Em cada um desses registros, múltiplos objetos foram nomeados. Qual a regra do seu aparecimento? Segundo que sistema não-dedutivo esses objetos puderam se justapor e se suceder para formar o primeiro campo? Qual foi seu regime de existência enquanto objeto de discurso?



a). — Primeiramente é necessário demarcar as superfícies de emergência (mostrar onde podem surgir) para que possam em seguida ser designadas e analisadas essas diferenças individuais. Que segundo os graus de racionalização, os códigos conceituais e os tipos de teoria, vão receber o estatuto de doença, de alienação, de demência, de neurose, etc. Essas superfícies de emergência não são as mesmas nas diferentes sociedades, em diferentes épocas, e nas diferentes formas de discurso. Provavelmente são constituídas pela família, grupo social, etc. É nos campos de diferenciação primeira (a arte com sua normatividade própria, sexualidade, a criminalidade) nas distâncias, continuidades e limiares que então se manifestam, que o discurso psiquiátrico encontra possibilidade de limitar seu domínio, de dar-lhe o estatuto de objeto, ou seja, de torná-lo descritível.

b). — Além disso são necessárias as instâncias de delimitação. Cabe a medicina nomear a loucura como objeto. Mas ela não foi a única nesse papel. Temos também a justiça penal, a autoridade religiosa, e a crítica literária e artística.

c). — Análise das grades de especificação: seria a forma de separar, classificar, reagrupar, etc., as diferentes “loucuras” como objeto do discurso psiquiátrico. No século XIX essas grades foram: a alma, o corpo, a vida e a história dos indivíduos, os jogos das correlações neuro-psicológicas.

Porém semelhante descrição é por si mesma ainda insuficiente, por dois motivos:

1). — os planos de emergência não fornecem, inteiramente constituídos, os objetos que o discurso da psicopatologia só teria em seguida que inventariar.

2). — esta enumeração demarcou vários planos de diferenciação em que os objetos do discurso podem aparecer, suscitando várias dúvidas. No fundo, estas duas séries de questões remetem ao mesmo ponto. Na psicopatologia (século XIX) surge toda uma série de objetos pertencentes ao registro da delinquência; o homicídio, crimes passionais, delitos sexuais, etc. O problema é saber o que tornou tais fatos possíveis e como essas “descobertas” puderam ser seguidas de outras que as corrigiram, anularam, etc.

Empregou-se no discurso psiquiátrico um conjunto de relações determinadas para que a conduta transgressora pudesse dar lugar a toda uma série de objetos de saber.

Relações: — entre planos de especificação como as categorias penais e os graus de responsabilidade diminuída e planos psicológicos de caracterização.

— entre a instância de decisão médica e a de decisão jurídica;

— entre o filtro constituído pela interrogação judiciária e o constituído pelo questionário médico, etc.

O discurso, no século XIX, caracteriza-se não por objetos privilegiados mas pela maneira pela qual forma seus objetos. Essa formação é assegurada por um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação. Uma formação discursiva se define, se se pode estabelecer:

— como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra o seu lugar e sua lei de aparecimento;

— se se pode mostrar que ele pode dar origem simultânea ou sucessivamente a objetos que se excluem, sem que ele tenha que se modificar. Daí temos que:

1). — o objeto não espera “de modo visível” a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma objetividade. Ele não preexiste a si mesmo, mas existe sob as condições positivas de um feixe completo de relações;

2). — essas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, etc. Porém elas não estão presentes no objeto. Elas não definem a constituição interna deste, mas o que lhe permite aparecer.

3). — Essas relações se distinguem das relações “primárias” que podem ser descritas independentemente de qualquer objeto de discurso.

Temos também as relações secundárias que se podem encontrar formuladas no próprio discurso (exemplo: relações entre a família e a criminalidade). Assim se abre todo um espaço articulado de descrições possíveis: sistema das relações primárias ou reais, das relações secundárias ou reflexivas, das relações propriamente discursivas. O problema é fazer aparecer a especificidade dessas e seu jogo com as duas outras;

4). — As relações discursivas não são internas ao discurso, mas também não são relações exteriores. Elas estão de algum modo, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar (suposição de que os objetos são formados de um lado e o discurso do outro) e determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou quais objetos. Essas relações caracterizam o próprio discurso enquanto prática.

Pergunta-se pois que espécie de unidade poderia constituir a psicopatologia, a economia, a gramática, a medicina.

A unidade do discurso é procurada junto aos próprios objetos. No relacionamento que caracteriza a própria prática discursiva, descobriu-se um conjunto de regras que são imanentes a uma prática e a definem em sua especificidade. Os discursos não mais devem ser tratados como conjuntos de signos, mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam.

IV. — *A formação das modalidades enunciativas.*

No século XIX, no discurso dos médicos podemos encontrar diversas formas de enunciados. Surgem então questões:

1. — Que encadeamento, que necessidade há de uns aos outros?
2. — Por que estes e não outros?
3. — De onde vêm todos estes enunciados e qual é a lei que os rege?

A). — A primeira questão é, quem fala? Quem está autorizado a ter esta espécie de linguagem. Qual é o estatuto dos indivíduos que têm o direito regulamentar ou tradicional de proferir semelhante discurso.

O estatuto do médico comporta critérios de competência e de saber. Comporta também um sistema de diferenciação e de relações com os outros indivíduos ou outros grupos que têm eles próprios seus estatutos, bem como um certo número de traços que definem seu funcionamento em relação ao conjunto da sociedade.

O discurso médico não é dissociável da personagem estatutariamente definida que tem o direito de articulá-lo. Este estatuto foi profundamente modificado no final do século XVIII e início do século XIX quando a saúde das populações tornou-se uma das normas econômicas requeridas pela sociedade industrial.

B). — É também necessário descrever os lugares institucionais de onde o médico obtém seu discurso, e onde este encontra a sua origem legítima e seu ponto de aplicação. Esses lugares são: o hospital, a prática privada, o laboratório e a “biblioteca” ou o campo documentário. Esses diversos “lugares” de discurso médico foram profundamente modificados no século XIX: crescimento da importância do documento; o hospital torna-se local de observações sistemáticas e homogêneas; a prática médica cotidiana integrou o laboratório como local de um discurso que tem as mesmas normas experimentais que a física, química ou biologia.

C). — As posições do sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos. O sujeito pode ocupar um lugar nas situações perceptivas, bem como, pode fazê-lo na rede das informações. As diversas situações que o sujeito do discurso médico pode ocupar foram redefinidas no início do século XIX. No discurso clínico todo um feixe de relações se encontra em jogo. Pode-se dizer pois, que o próprio relacionamento de elementos diferentes é efetuado pelo discurso clínico; sendo que o emprego de forma constante desse feixe de relações dá-lhe uma unidade. No discurso podemos buscar um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade. O discurso assim concebido é um conjunto em que se podem determinar a dispersão do sujeito e sua descontinuidade consigo mesmo.

\*

V. — *A formação dos conceitos.*

Talvez a série de conceitos que surgem na obra de Lineu possam se organizar em um conjunto coerente. Talvez se pudesse restituir a arquitetura dedutiva que ela forma. No entanto, se tomarmos uma escala maior, o jogo de conceitos que vai surgir não obedece a condições tão rigorosas. Não se pode encontrar entre eles um sistema de ocorrência que não seja uma sistematização lógica?

A). — Essa organização comporta, inicialmente, formas de sucessão. E entre elas, as diversas ordens de séries enunciativas; os diversos tipos de dependência dos enunciados; os esquemas retóricos segundo os quais se pode combinar grupos de enunciados.

É a modificação sofrida no século XVII que vai reger o aparecimento e a recorrência dos conceitos, para toda a História Natural, ou seja, a disposição geral dos enunciados e sua seriação em conjuntos determinados.

B). — A configuração do campo enunciativo comporta também formas de coexistência. Estas delineiam inicialmente um campo de presença; e neste, as relações instauradas podem ser da ordem da verificação experimental, da validação lógica, da repetição pura e simples, da aceitação justificada, do comentário, etc; essas relações podem ser explícitas ou implícitas e investidas nos enunciados ordinários. Distinto do campo da presença, podemos citar um campo de concomitância. (Enunciado referente a domínio de objetos inteiramente diversos com tipos de discursos totalmente diversos. Por fim temos o campo enunciativo que comporta o que se poderia chamar de um domínio de memória (são enunciados que não são mais nem admitidos, nem discutidos, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, transformação, continuidade e descontinuidade histórica, etc.).

C). — Pode-se definir os procedimentos de intervenção que podem ser legitimamente aplicados aos enunciados. Estes procedimentos não são os mesmos para todas as formações discursivas. Eles podem aparecer: nas técnicas de reescritura; em métodos de transcrição dos enunciados; os modos de tradução dos enunciados quantitativos em formulações qualitativas e reciprocamente; os meios utilizados para aumentar a aproximação dos enunciados e refinar sua exatidão; a maneira pela qual se delimita novamente — por extensão ou restrição — o domínio de validade dos enunciados; a maneira pela qual se transfere um tipo de enunciado de um campo de aplicação a outro; os métodos de sistematização de proposições já existentes, ou ainda, os métodos de redistribuição dos enunciados.

Mas a que pertence propriamente a sua formação discursiva e o que permite delimitar o grupo de conceitos que lhe são específicos, é a maneira pela

qual esses diferentes elementos são relacionados uns aos outros. O feixe de relações assim constituído é que compõe um sistema de formação conceitual. A descrição de semelhante sistema não poderia valer por um a descrição direta e imediata dos próprios conceitos. Há um afastamento do jogo conceitual manifesto, ao mesmo tempo em que se faz uma tentativa de determinar segundo que esquemas os enunciados podem estar ligados uns aos outros em um tipo de discurso. Estes esquemas permitem descrever sua dispersão anônima através de textos. Tal análise diz respeito a um nível de certa forma pré-conceitual, ao campo em que os conceitos podem coexistir e às regras às quais esse campo está submetido.

Para se entender este “pré-conceitual”, será tomado o exemplo dos quatro “esquemas teóricos”, estudados em *Les Mots et les Choses*, que caracterizam, nos séculos XVII e XVIII, a Gramática Geral. São eles: atribuição, articulação, designação e derivação. Estes permitem descrever:

1). — Como podem-se ordenar e se desenrolar as diferentes análises gramaticais; e quais formas de sucessão são possíveis entre as análises do substantivo, do verbo e dos adjetivos, as que concernem à sintaxe, à língua originária, e as que projetam uma língua artificial.

2). — Como a gramática geral se define um domínio de validade, de normatividade, e de atualidade.

3). — Que relações a gramática geral mantém com a Mátese, com a análise filosófica, com a História Natural, etc. A rede constituída pelos quatro segmentos teóricos delinea o espaço regular de sua formação.

4). — Como foram possíveis simultânea ou sucessivamente:

— as diversas concepções do verbo *être*, da cópula, do radical verbal e da desinência (esquema teórico da atribuição);

— as diversas concepções dos elementos fonéticos, do alfabeto, do nome dos substantivos e dos adjetivos (esquema teórico da articulação);

— os diversos conceitos de nome próprio e comum, de demonstrativo, etc. (para o segundo teórico da designação);

— conceitos de linguagem ordinária de derivada, de metáfora e de figura, etc., (segmento teórico da derivação).

O nível “pre-conceitual” assim libertado não remete nem a um horizonte de idealidade nem a uma gênese empírica de abstrações. A questão é colocada ao nível do próprio discurso. A rede conceitual é descrita a partir das regularidades intrínseca do discurso. A organização de um conjunto de regras, na prática do discurso, pode ser determinada no elemento da história. O “pre-conceitual”, ao invés de delinear um horizonte que viria do fundo da história, é pelo contrário, ao nível mais “superficial” (dos discursos), o conjunto das regras que aí se encontram efetivamente aplicados.

Na análise que se propõe aqui, as regras de formação tem seu lugar não na “mentalidade”, mas no próprio discurso. Esses conjuntos de regras são demasiado específicos, em cada um destes domínios para caracterizar uma formação discursiva singular e bem individualizada. O campo pré-conceitual deixa aparecer as regularidades e coações discursivas que tornaram possível a multiplicidade heterogênea dos conceitos.

Para analisar, pois, a formação dos conceitos, não é preciso relacioná-los nem ao horizonte da idealidade, nem ao curso empírico das idéias.

LUISE BUNDY

\* \*  
\*

PRADO JUNIOR (Caio). — *História e Desenvolvimento*. Editora Brasiliense. São Paulo. 1972.

Há várias opções para que se tente uma aproximação ou mesmo identificação entre a História e o Desenvolvimento. Dessa maneira, para uma contribuição da História à problemática do desenvolvimento brasileiro, podemos reconhecer, por exemplo, ser viável: 1. — um levantamento dos estudos de História que se voltaram especificamente ou mesmo de maneira genérica para o desenvolvimento do país; 2. — a verificação das conjunturas da História do Brasil, em que o desenvolvimento se processou de maneira mais perceptível e acelerada, procurando-se apurar as suas causas; 3. — em que a historiografia brasileira como tal, e portanto os seus historiadores, pode contribuir para a discussão e compreensão do desenvolvimento? e 4. — o que a História do Brasil, como conteúdo, pode oferecer para o estudo do desenvolvimento.

A nosso ver Caio Prado Júnior em seu último livro escolheu a quarta perspectiva, a que justamente nos parece menos historiográfica, dando em resultado, mais uma história do desenvolvimento — diríamos melhor do subdesenvolvimento brasileiro — discernindo as suas iminentes contradições, como variáveis que não podem deixar de ser tomadas em consideração na análise do nosso atual processo de desenvolvimento.

Assim, o estudo procura explicitar o subdesenvolvimento brasileiro em termos históricos, provocando-nos indagações pertinentes ao nível historiográfico, como: qual o condicionamento real da história do Brasil ao subdesenvolvimento? Como existe uma história subdesenvolvida e um subdesenvolvimento histórico — no caso brasileiro — torna-se portanto, possível reconhecer também, que o subdesenvolvimento não se dá de uma maneira a-histórica.

Assim, não pretendendo dar lições a ninguém, a história do Brasil deve todavia reivindicar a participação no diálogo científico. Tem condições para